



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

### **INDICAÇÃO N.º 3308 /2024**

**ENCAMINHO** ao Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 150 do Regimento Interno, anteprojeto de lei que altera a redação dos artigos 4.º, 6.º e 16 da Lei n.º 4303, de 19 de julho de 2022, que dispõe sobre os critérios para entrada, circulação e estacionamento de veículos de turismo e excursão e outros eventos, originários de outros municípios, e adota providências correlatas.

### **JUSTIFICATIVA**

Com a finalidade de adequar a legislação vigente aos desafios atuais do fluxo de turismo do Município de São Vicente, solicitamos que nos seja encaminhada propositura nos moldes do seguinte:

### **ANTEPROJETO DE LEI**

Altera a redação dos arts. 4.º, 6.º e 16 da Lei n.º 4303, de 19 de julho de 2022, que dispõe sobre os critérios para entrada, circulação e estacionamento de veículos de turismo e excursão e outros eventos, originários de outros municípios, e adota providências correlatas.

**Art. 1.º** - Acrescente-se o inciso IX ao art. 4.º da Lei n.º 4303, de 19 de julho de 2022, com a seguinte redação:



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE**

*Cidade Monumento da História Pátria*

*Cellula Mater da Nacionalidade*

**“Art. 4.º - ...**

IX - as autorizações enviadas fora do prazo serão julgadas pela Secretaria de Turismo, sendo o Secretário da pasta o responsável pela liberação.”

**Art. 2.º - O caput do art. 6.º passa a ter a seguinte redação:**

“Art. 6.º - Para os efeitos desta lei, serão cobrados os seguintes valores: R\$ 600,00 (seiscentos reais) para vans, R\$ 700,00 (setecentos reais) para micro-ônibus e R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) para ônibus, por emissão de autorização.”

**Art. 3.º - O parágrafo único do art. 16 passa a ter a seguinte redação:**

**“Art. 16 - ...**

Parágrafo único - Os valores decorrentes das multas a que se refere o art. 16 serão destinados na seguinte proporção: 50% (cinquenta por cento) ao Fundo Especial de Apoio e Investimento para o Turismo (FATUR) e 50% (cinquenta por cento) para a Secretaria de Mobilidade Urbana (SEMOB), responsável pela fiscalização.”

**Art. 4.º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.**

SALA MARTIM AFONSO DE SOUSA

São Vicente, 5 de dezembro de 2024.

**ADOILSON FERREIRA DOS SANTOS**

**(Adilson da Farmácia)**